



Continuação...

Assessoria, dedicada a prestar serviços de assessoria financeira, como emissão de dívidas estruturadas para pequenas e médias empresas, avaliação do valor de mercado de empresas e de projetos, com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões e assessoramento em potenciais negócios estratégicos, incluindo possibilidades de fusão, cisão, ingresso de sócios ou alienação de participação de empresas. O montante de participação R\$ 1.421, tendo um resultado no exercício de R\$ 1.908. Os lucros auferidos no exercício foram distribuídos aos quotistas conforme estatuto social. **b. Outros investimentos** O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R\$9.462, que se referem, substancialmente, a participação na empresa Nuclea S/A. A investida distribuiu dividendos no exercício, sendo o total recebido pelo Banco foi de R\$3.105. **13. Imobilizado de uso** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

	Taxa a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	31 de dezembro de 2025
Móveis e equipamentos de uso	4%	109	(57)	(4)	52
Sistema de processamento de dados	20%	1.908	(1.272)	(157)	635
Beneficentárias e instalações	10% a 20%	1.503	(635)	(87)	868
<b>Saldo total</b>		<b>3.520</b>	<b>(1.965)</b>	<b>(247)</b>	<b>1.555</b>

**14. Depósitos** Montante é constituído pelos saldos em conta corrente (depósitos a vista) e aplicações financeiras (depósitos a prazo):

	31 de dezembro de 2025
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>31 de dezembro de 2025</b>
Depósito a vista	58.232
Depósito a prazo	385.124
<b>Total</b>	<b>443.356</b>

O custo vinculado à captação de depósitos a prazo no exercício findo em 31/12/2025 foi de R\$47.766, registrada na rubrica “Despesa de intermediação financeira – Operações de captação”, na Demonstração do resultado do exercício, que tem como composição total:

	31/12/2025	31/12/2025
Custo de instrumentos de captação - comprometida	(25.445)	(48.303)
Custo de instrumentos de captação - depósitos	(25.602)	(47.766)
recursos aceite e emissão de títulos	(46.952)	(84.514)
Fundo Garantidor de Crédito	(557)	(1.091)
<b>Total Despesa Operações de captação</b>	<b>(98.556)</b>	<b>(181.673)</b>

**a. Composição por faixa de vencimento dos depósitos a prazo**

	31 de dezembro de 2025
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	
Com vencimento em até 90 dias	10.199
Com vencimento entre 91 e 360 dias	58.385
Com vencimento superior a 360 dias	316.540
<b>Total</b>	<b>385.124</b>

**15. Recursos de aceites e emissão de títulos** Emissão de títulos de captação de letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras nos montantes:

	31 de dezembro de 2025
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	
LCI - Letras de crédito imobiliário	367.122
LCA - Letras de crédito do agronegócio	185.690
LF - Letra Financeira	117.111
<b>Total</b>	<b>669.927</b>

O custo vinculado a captação destes títulos no exercício findo em 31/12/2025 foi de R\$84.514, registrada na rubrica “Despesa de intermediação financeira – Operações de captação”, na Demonstração do resultado do exercício. **a. Composição por faixa de vencimento dos recursos de aceite e emissão de títulos**

	31 de dezembro de 2025
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	
Com vencimento em até 90 dias	54.180
Com vencimento entre 91 e 360 dias	252.452
Com vencimento superior a 360 dias	363.295
<b>Total</b>	<b>669.927</b>

**16. Obrigações por empréstimos e repasse** Obrigações de repasses de recursos do Banco nacional do desenvolvimento (BNDES e FINAME) e ao Ministério da agricultura e pecuária (FUNCAFE).

	31 de dezembro de 2025
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	
BNDES	16.591
FINAME	45.632
FUNCAFE	186.928
FUNCAFE - Recursos não repassados	136.696
<b>Total</b>	<b>385.848</b>

Sobre as operações com BNDES e FINAME, incidem a Taxa de Longo Prazo (TLP), taxa fixa do BNDES (TFB), taxa Selic e dólar (TFBD). Sobre o repasse de recursos do FUNCAFE, incide taxa de juros média de 8% a.a. para os recursos liberados aos clientes e taxa básica de juros – Selic, para os recursos ainda não liberados. No demonstrativo de resultado, a rubrica “Operações de empréstimos e repasses”, contempla os montantes apurados no exercício:

	Semestre - 31/12/2025	Exercício - 31/12/2025
BNDES	(83)	(175)
FINAME	(3.670)	(7.791)
FUNCAFE	(7.219)	(16.872)
FUNCAFE - recursos não repassados	(5.414)	(29.799)

**a. Composição por faixa de vencimento**

	31 de dezembro de 2025
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	
BNDES	-
Com vencimento em até 90 dias	978
Com vencimento entre 91 e 360 dias	15.613
Com vencimento superior a 360 dias	16.591

**FINAME**

	31 de dezembro de 2025
Com vencimento em até 90 dias	6.832
Com vencimento entre 91 e 360 dias	38.801
Com vencimento superior a 360 dias	45.632

**FUNCAFE**

	31 de dezembro de 2025
Com vencimento em até 90 dias	15.873
Com vencimento entre 91 e 360 dias	139.903
Com vencimento superior a 360 dias	31.152
<b>Total</b>	<b>186.928</b>

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

o Conselho de Administração e Acionistas do Banco Ribeirão Preto S.A. Ribeirão Preto - SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Informações comparativas** Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas

	31 de dezembro de 2025
<b>FUNCAFE - Recursos não repassados</b>	
Sem vencimento	136.696
<b>Total</b>	<b>136.696</b>
<b>17. Outras obrigações Sociais e estatutárias</b>	<b>385.848</b>
Juros sobre capital próprio (Nota 20)	1.731
<b>Total</b>	<b>1.731</b>
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	
IR / CSLL corrente a recolher	14.157
Encargos sobre folha de pagamento	690
Outros impostos a recolher	820
<b>Total</b>	<b>15.667</b>
<b>Diversas</b>	
Participações no resultado	2.400
Prestadores de serviços a pagar	1.927
Encargos trabalhistas	866
Provisões para contingências (Nota 19)	341
Provisões para perdas com compromissos de crédito a liberar	209
Provisões para perdas com garantias financeiras/finanças	86
Valores a receber com garantias financeiras/finanças	172
Outros	2.587
<b>Total</b>	<b>8.388</b>
<b>25.785</b>	

	31 de dezembro de 2024	Realiza-ção	31 de dezembro de 2025
<b>18. Imposto de renda e contribuição social</b>			
<b>a. Conciliação de alíquota</b>			
Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações	50.628		50.628
Despesas de participações no resultado - PLR	(5.093)		(5.093)
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>45.599</b>		<b>45.599</b>
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(17.212)		(17.212)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	3.999		3.999
<b>Base de cálculo</b>	<b>32.382</b>		<b>32.382</b>
IRPJ (15%)	4.857		4.857
Adicional (10%)	3.214		3.214
Incentivos fiscais	(391)		(391)
IRPJ (25%)	7.680		7.680
CSLL (20%)	6.476		6.476
Ajuste Exercício Anterior	-		-
<b>Total</b>	<b>14.157</b>		<b>14.157</b>

	31 de dezembro de 2024	Consti-tuição	Realiza-ção	31 de dezembro de 2025
<b>b. Composição dos tributos diferidos</b>				
<b>Créditos tributários</b>				
<b>IRPJ e CSLL diferido sobre:</b>				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.300	29.602	(20.075)	18.828
Impairment de outros valores e bens	919	-	-	919
Provisão para contingências	70	130	(47)	153
Participações no resultado	631	2.160	(1.710)	1.081
Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários	7.764	7.531	(12.306)	2.989
Outros	14	211	(216)	9
Instrumentos Financeiros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>18.698</b>	<b>39.634</b>	<b>(34.354)</b>	<b>23.979</b>

**20. Patrimônio líquido** O capital social, subscrito e integralizado e sua composição acionária é a seguinte:

	31 de dezembro de 2025
<b>Total dos tributos diferidos</b>	<b>18.698 39.634 (34.354) 23.979</b>
<b>c. Estimativas de realização</b> Com base nas informações e análises mencionadas, e nas principais considerações e premissas descritas no estudo de realização, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 31/12/2025 de 1,16% a.m., é de R\$18.674, assegurada adequadamente o registro contábil e sua realização estimada no primeiro ano de R\$8.720, no segundo ao quinto ano no valor de R\$8.558 e para os demais anos, de R\$1.396. Não existem saldos de Crédito Tributário não ativados no período. <b>19. Contingências</b> O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações. As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos contra o Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica “Outras obrigações” no montante de R\$ 341. O Banco BRP tem expectativas de desdobro dessas provisões nos próximos dois meses.	
<b>Cíveis</b>	<b>155</b>
<b>Trabalhistas</b>	<b>-</b>
<b>Fiscal</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>155</b>
(+) Constituições	28
(-) Reversões	(1)
(-) Pagamentos	(131)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>51</b>
(+) Constituições	290
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>341</b>

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda, referente à processos cíveis no total de R\$6.286 e, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

**20. Patrimônio líquido** O capital social, subscrito e integralizado e sua composição acionária é a seguinte:

	31 de dezembro de 2025
<b>Varuna Investimentos Financeiros S/A</b>	<b>100%</b>
<b>Quantidade ações</b>	<b>223.726.477</b>
<b>Valor (R\$)</b>	<b>224.660</b>

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10/12/2025, foi aprovado sobre o lucro líquido a distribuição e pagamento aos acionistas o montante de R\$ 29.810, sendo composto de R\$12.070 a títulos de dividendos; R\$17.739 referente a juros sobre capital próprio, deduzido o imposto de renda na fonte no total de R\$2.661. O total do Patrimônio Líquido ao final do exercício é de R\$ 223.722, sendo: R\$ 224.660 - Capital social; R\$ 3.282 - Reserva legal; R\$ 36 - Reserva especial de lucro e (R\$ 4.255) referente a Prejuízos acumulados. A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária. Aos acionistas está assegurado estatutariamente dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. No exercício de 2025, o BRP contabilizou juros sobre capital próprio conforme quadro demonstrativo:

	31 de dezembro de 2025
<b>Juros sobre Capital Próprio no exercício</b>	<b>19.470</b>
Juros sobre Capital Próprio previsto em Estatuto	8.309
Juros sobre Capital Próprio - Adicionais Propostos	11.160
IRRF recolhido	(2.661)
Juros sobre Capital Próprio - Pagos no exercício	(15.078)
<b>Juros sobre Capital Próprio - mínimo obrigatório</b>	<b>1.731</b>

demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas opera-

**21. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade** O BRP tem como modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, onde o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel primordial nas atribuições e supervisão dos controles de risco e capital. Na estrutura de gerenciamento, o Diretor de Risco é responsável pela implementação e adequação dos níveis aceitáveis de risco, bem como da aderência às políticas, processos, sistemas, relatórios e modelos de gerenciamento de riscos. Os riscos inerentes às atividades operacionais são disseminados aos colaboradores e todos são responsáveis na mitigação deles. **a. Risco de crédito** As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação, sendo a análise de crédito, de vital importância dentro da estrutura do BRP, pois é nessa etapa que ocorre a análise de documentos cadastrais, contábeis e financeiros onde se pode: • Conhecer o negócio, estrutura patrimonial e financeira, composição societária, setor de atuação, entre outras informações a respeito dos proponentes; • Identificar e apontar os pontos de risco inerentes ao negócio do proponente e/ou setor de atuação, a fim de que haja maior segurança na tomada de decisão de Crédito • Avaliar a capacidade de pagamento do proponente frente aos recursos financeiros já contraídos e a novas concessões • Identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998. **b. Risco de mercado** A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, preços de inflação, variação cambial e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em *trading* e *banking book*. Nas operações classificadas como *trading* o BRP utiliza a metodologia “*value-at-risk*” para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como *banking* o BRP adota o modelo IRRBB (Instrumentos classificados na carteira bancária) - Nil, que consiste em calcular a margem financeira do portfólio, levando-se em consideração a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos, para o período de um ano. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos. Cabe a área de Risco gerenciar o risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN, estabelecer os limites de exposição e tipos de ativos levando-se em conta fatores como a volatilidade do mercado, cenários previstos, oportunidades de lucro, riscos potenciais e as necessidades de financiamento do BRP, definir os prazos dos horizontes de maturação das exposições da carteira de negociação e da aderência a metodologia adotada pela carteira bancária. **c. Risco de liquidez** O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem. **d. Risco operacional** A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco. **e. Risco Socioambiental** A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental nas especificações dispostas na Resolução CMN nº 4.945/21. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. Compete a área a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes, analisando a implementação da governança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. Além gestão de risco socioambiental, o BRP tem como responsabilidade implementar as melhores práticas que promovam o bem-estar do seu público interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador. **f. Gerenciamento de capital** Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pelo BRP, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. • **Limites Operacionais Índice de Basileia** Em 23/02/2017, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. O BRP possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo BRP. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de consumo de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para os usuários internos e para os comitês estratégicos, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do BRP. O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAs). A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecida nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para verificação dos limites operacionais. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021, o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 8%. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução

CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2025
Patrimônio de Referência (PR)	226.913
Patrimônio de Referência Nível I	226.913
Capital Principal (CP)	226.913
Ativos Ponderados por Risco - RWA	1.551.729
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	1.102.852
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	317.357
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAPOPAD	131.520
IRRBB	1.041
RWA + IRRBB	1.552.770
Capital Principal Mínimo	-
Requerido para o RWA	69.828
Margem sobre o Capital Principal Requerido	157.086
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	157.086
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	14,62%

A ponderação de risco de crédito (RWACPAD) já contempla as mudanças estabelecidas pela Resolução BCB nº 229/22, que estabelece os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo de requerimento de capital, mediante abordagem padronizada.

**22. Transações com partes relacionadas** Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, consolidado pelo CMN através da Resolução nº 4.818/20. As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos, sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 31 de dezembro:

	31 de dezembro de 2025	Rendimentos pagos no exercício
<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Saldo</b>
<b>Pessoa chave da administração</b>		
Pessoa Física	Depósitos	2.078
	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	5.460
		<b>50.890</b>
Pessoa Jurídica	Depósitos	1.999
		<b>8.046</b>
<b>Controlada</b>		
Pessoa Jurídica	Depósitos	1.745
		<b>1.745</b>